

## A INVISIBILIDADE POR TRÁS DA INCLUSÃO

Maria Karyne Fernandes Balbino<sup>1</sup>  
Fernanda Caroline Pereira Silva<sup>2</sup>  
Cláudia Virgínia Alves Brandão<sup>3</sup>  
Orientadora: Francisca Pereira Salvino<sup>4</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido é resultado da nossa experiência de ensino e aprendizagem numa escola da rede municipal de Campina Grande/PB com um aluno que apresenta o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa experiência foi oportunizada durante o estágio ofertado por meio do Programa Residência Pedagógica, criado pela Portaria de nº 38, de fevereiro de 2018, do Ministério da Educação (MEC) com a colaboração da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que apresentam por finalidade contribuir para a formação inicial de estudantes de licenciaturas e para o desenvolvimento da educação básica brasileira.

A Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/15, objetiva a inclusão e cidadania dessas pessoas, bem como o autismo, que é caracterizado como transtorno do desenvolvimento que afeta a interação social, a comunicação e as atividades restrito-repetitivas.

No Brasil, ainda é um grande desafio para os educadores a verdadeira inclusão de alunos que apresentam algum tipo de deficiência ou transtorno. Essa inclusão exige que o professor perceba que todos os alunos são capazes de aprender, independentemente de suas diferenças, cabendo a ele buscar subsídios para que essa aprendizagem ocorra de uma maneira efetiva.

Percebemos que é preciso ter um olhar atento para essas pessoas, pois não adianta apenas inseri-los nas salas de aula, é necessário que ocorra a integração efetiva em todos os aspectos da aprendizagem escolar.

A partir dessas considerações, este resumo objetiva discutir e analisar os desafios e possibilidades que permeiam a inclusão, mais especificadamente, com um aluno autista, que estuda na rede municipal de ensino, na cidade de Campina Grande. Apresentamos também, os processos metodológicos utilizados na nossa experiência. Estando organizado em duas seções, sendo elas: Inclusão: desafios e possibilidades e os resultados e discussões. Por fim, apresentamos as nossas considerações acerca da experiência.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Bolsista do Programa Residência Pedagógica.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Bolsista do Programa Residência Pedagógica.

<sup>3</sup> Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e professora da educação básica, na rede municipal de ensino, na cidade de Campina Grande/PB.

<sup>4</sup> Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual do Estado da Paraíba (UEPB).

## **METODOLOGIA**

O presente resumo expandido caracteriza-se como, observação participante que é considerada e reconhecida na academia como método etnográfico de pesquisa. Como assevera Mattos (2001, p.49), “etnografia é também conhecida como observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa hermenêutica, dentre outras”.

Dessa forma, descrevemos e analisamos nossa observação e participação no processo de ensino aprendizagem de um aluno autista, no estágio oportunizado pelo Programa Residência Pedagógica, em uma turma de 3º ano do ensino fundamental I. Cientes de que esse é um dos desafios da prática pedagógica, o estudo apresentando é relevante para a nossa área de atuação e traz contribuições para as pesquisas da comunidade acadêmica. Constatando a cientificidade do nosso trabalho, como exemplifica Mattos (2011, p. 50)

A etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sócio-interacionais.

Nessa perspectiva, o estágio possibilitou imersão no ambiente escolar, no qual tem-se efetivado esforço para inclusão de educandos com deficiência, observação dos modos como essa inclusão vem sendo operacionalizada, bem como intervenções das estagiárias nesse sentido.

## **INCLUSÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

É considerada pessoa com necessidades especiais, quem apresenta algum impedimento, seja físico, mental, intelectual, que evite ou impeça, assim, sua participação na sociedade. Em 6 de julho de 2015 no Brasil foi instituída a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, que em seu Art. 2º (BRASIL, 2015, p. 9) estabelece o seguinte:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Lei nº 13.146/2015, objetiva a inclusão social e cidadania dessas pessoas, como podemos aferir no em seu artigo 1º (BRASIL, 2015, p. 9)

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Esse objetivo, caracterizado, atualmente, como um grande desafio para os professores-educadores, no âmbito da sala regular de ensino. Cientes de que, a formação dos professores, em sua maioria, não apresenta suporte para lidar com o processo de ensino aprendizagem dos

sujeitos que apresentam algum tipo de deficiência e de que essa falta de formação pode chegar a direcionar o pensamento do educador e sua visão para pensar que o sujeito não é capaz de aprender e se desenvolver como os ditos “normais”, conforme suas possibilidades e limites. Esse pensamento poderá acabar resultando no agravamento da exclusão do aluno pelo próprio professor, por não o ver como capaz. Por esses motivos se faz importante a formação continuada dos educadores. Como assevera Rocha (2017, p. 2)

A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re)pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro.

Dessa forma, observa-se que o ato de inclusão requer novas habilidades e mudanças com relação à prática do professor. Esse deve juntamente com uma equipe multidisciplinar, inovar em suas propostas educativas, em seu planejamento, para atender satisfatoriamente a todos os sujeitos que compõem a sala de aula, uma vez que a inclusão não é apenas no sentido de inserir a criança com deficiência, mas todas que apresentem algum tipo de impedimento e ou dificuldade podendo ser também por razões étnicos-raciais, de gênero, de religião ou outras.

Para garantir a inclusão dessas crianças, socialmente, a escola é um dos principais espaços. Nessa, a pessoa com deficiência deverá concretizar o seu direito a uma educação de qualidade, sendo responsáveis por esse direito o Estado, a família, a escola e a sociedade. Devemos refletir acerca de que condições estamos recebendo essas crianças, que direcionamentos estamos tomando para que a mesma tenha suas necessidades e direitos atendidos da melhor maneira possível. Como é apresentado pela Lei nº 13.146/2015 em seu artigo 27 (BRASIL, 2015, p. 13)

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

A inclusão em determinados casos pode estar sendo configurada apenas como inserção do aluno em sala de aula, sem a verdadeira integração do mesmo com os demais colegas e professor. Demasiadas vezes estão presentes na sala de aula, mas invisíveis aos olhos do professor e dos outros alunos. O aluno que apresenta algum tipo de deficiência não é integrado às atividades, dinâmicas, até mesmo no próprio planejamento do professor. Como enfatiza Macedo (2019, p. 14), “não estão sendo ofertadas condições necessárias de sucesso e permanência de crianças deficientes nas salas de aulas regulares, configurando-se assim apenas como uma integração”.

A educação inclusiva tem como princípio básico a aprendizagem de todas as crianças, por meio de interação, independente das possíveis diferenças existentes. Como explicita a Declaração de Salamanca (1994, p. 05)

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

Nessa educação, o planejamento do professor deve ter como direcionamento o desenvolvimento das potencialidades de todos os sujeitos. Zapparoli (2012, p. 27 apud VIGOTSKI, 1989) afirma que “é fundamental focar às potencialidades destes sujeitos e não a reabilitação dos defeitos. Este aluno deve ser estimulado a explorar o mundo, a interagir com o outro, a expor sua opinião e desejos”. Portanto, para que isso ocorra é necessário que o professor tenha entusiasmo e acredite que todos os alunos são capazes de lograr êxito no desenvolvimento de sua aprendizagem.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nossa experiência foi possibilitada pelo estágio do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) por meio do Programa de Residência Pedagógica e vivenciada em uma turma de 3º ano do ensino fundamental, em uma escola no município de Campina Grande/PB. Na referida turma acompanhamos a inserção e inclusão de um aluno com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), esse possui 11 anos de idade, é um aluno que, em certo limite, interage com os colegas e com as professoras e estagiárias.

De acordo com Macedo (2019, p. 14 apud CUNHA 2017), o autismo está configurado como, “transtorno no desenvolvimento que afeta a partir de um grau de comprometimento um conjunto de comportamentos agrupados na tríade de comprometimento na comunicação, na interação social e atividades restrito-repetitivas”.

A inserção e inclusão do aluno ocorreu diariamente pela nossa Preceptora, que em seu planejamento e na própria sala de aula refletia acerca das possibilidades para o desenvolvimento e ensino aprendizagem do aluno. Percebemos que a mesma prezou para que a carteira do aluno estivesse sempre localizada no início da fila, o que facilitava seu contato com o aluno e com a cuidadora.

Dessa forma, com o auxílio da preceptora nas nossas aulas, a inclusão e inserção desse aluno foi pensada desde o nosso planejamento. No qual refletimos, também, possibilidades de como ministrar o conteúdo e contemplá-lo, além do restante da turma. Com o apoio da Preceptora, foram realizadas dinâmicas, com a finalidade de que ocorresse a interação desse

aluno com os demais colegas, para que o vissem como um ser capaz e que apresenta potencialidades.

De acordo com as nossas observações em atividades que o aluno em questão participou, percebemos a sua evolução, o mesmo passou a gostar e pedir para participar das aulas. Em uma das aulas, realizamos uma dinâmica intitulada “Ditado estourado”, na qual os alunos teriam que estourar uma bexiga para descobrir qual a palavra que iriam escrever. O aluno autista se incomodou com o barulho das bexigas, isso ocorre porque ele apresenta hipersensibilidade auditiva denominada por Sanchez (1999, p. 184) como

Muitas pessoas irritam-se diante de sons altos e contínuos. Entretanto, algumas são especialmente sensíveis e não conseguem tolerar nem mesmo níveis normais de som. São os indivíduos que apresentam o que denominamos de hipersensibilidade a sons.

Em outro momento em que foi realizada a mesma dinâmica, para evitar que ele se sentisse incomodado, solicitamos que a cuidadora o retirasse da sala no momento da dinâmica. Porém, com a ajuda da cuidadora que o explicou o que iria ocorrer, ele compreendeu que seria a mesma dinâmica, e não quis se ausentar. Dessa forma, o integramos à atividade e o mesmo não se sentiu incomodado, chegando ele próprio a estourar uma das bexigas e compartilhar a palavra com os colegas. No momento da correção, com a ajuda da cuidadora, ele escreveu a palavra no quadro. Podemos considerar esse fato como um avanço no desenvolvimento do aluno, visto que, ocorreu uma integração sensorial, a partir do momento que ele compreende o motivo de estourar a bexiga, ele passa a ter uma previsibilidade, se familiariza com o som e gera uma dessensibilização. Favorecendo assim ao seu desenvolvimento e bem-estar, tanto interno como externo à escola.

Incluir não é um trabalho fácil, mas é uma exigência da sociedade atual. Assim, como educadores precisamos de uma formação adequada e continuada, além de que necessitamos sermos motivados a buscarmos o novo, sair da zona de conforto e encontrar estratégias para atender ao direito de todos os alunos a aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão de pessoas com deficiência, além de ser um direito como é previsto na Lei nº 13.146/2015, deve ser um meio, pelo qual na interação com outras pessoas, o deficiente possa ser visto como capazes de realizar suas atividades, de se desenvolver socialmente e intelectualmente. A inclusão escolar oportunizará esse convívio e interação, bem como a aprendizagem do respeito e tolerância para com as diferenças.

Esse processo de inclusão que objetiva atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos, contribui tanto para o desenvolvimento dos alunos que apresentam dificuldades ou transtornos como para os ditos “normais”. Pois, no cotidiano escolar podem e devem ser desenvolvidos o respeito, a tolerância, bem como a empatia, o sentimento de cooperação e assim, contribuir para a aprendizagem do outro. Esses são importantes à sociedade atual.

É preciso que os educadores se mobilizem para aprimorarem sua formação e conhecer as possibilidades e desafios de lidarem com a educação inclusiva. É necessário o conhecimento acerca da deficiência ou transtorno presente em sua sala de aula, pois, a partir desse estudo o educador irá aprender a perceber, juntamente com o aluno, as potencialidades a serem desenvolvidas e não apenas apontar as dificuldades. Portanto, compreendemos que não é um trabalho fácil, requer empenho, dedicação e motivação por parte do educador, tornando-se assim um trabalho eficaz, podendo gerar resultados satisfatórios, tanto para o professor quanto para o aluno, no tocante ao desenvolvimento e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Residência Pedagógica. Inclusão. Autismo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015**. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 02 set 2019.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 03 set 2019.

MACEDO, Luanna Raquel Gomes. **Possibilidades e desafios enfrentados por professores na inclusão escolar de alunos autistas**. 2019. Disponível em: < <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/19969/1/TCC%20-%20LUANNA%20RAQUEL%20GOMES%20MACEDO.pdf>>. Acesso em: 02 ago 2019.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de.; CASTRO, Paula Almeida de. (orgs.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. P. 298.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O papel do professor na educação inclusiva**. 2017. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>>. Acesso em: 26 ago 2019.

SANCHEZ, Tanit Ganz. **Hiperacusia**: artigo de revisão. 1999. Disponível em:< [http://arquivosdeorl.org.br/conteudo/pdfForl/1999\\_0304\\_06.pdf](http://arquivosdeorl.org.br/conteudo/pdfForl/1999_0304_06.pdf)>. Acesso em: 16 set 2019.

ZAPPAROLI, Kelem. **Estratégias lúdicas para o ensino da criança com deficiência**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.